

QUEM SÃO OS NEGROS? CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO BRASIL: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

Delcele Mascarenhas Queiroz (Uneb)

Uma das questões que emergem do debate que começa a se esboçar hoje, na sociedade brasileira em torno da adoção de políticas públicas antidiscriminatórias, diz respeito à identidade racial e aos sistemas de classificação racial praticados no Brasil. Para alguns dos envolvidos nesse debate, a fluidez dos sistemas de classificação usados pelos brasileiros não permitiria o estabelecimento de critérios precisos, capazes de determinar quem seriam os beneficiários de tais políticas.

Desde a realização do primeiro levantamento de informação sobre a raça no Brasil, em 1872 (Araújo,1987) os pesquisadores têm buscado apreender o significado da diversidade de termos usados no cotidiano das relações raciais no país. Um dos eixos dessa discussão tem sido a crítica à simplificação das categorias de classificação racial utilizada pelas pesquisas oficiais, em comparação com a riqueza da terminologia usada pela população para definir sua própria cor. Para muitos analistas, a variedade de termos adotados pela população brasileira para se identificar, assim como os significados sociais que ela envolve, invalidaria a “classificação grosseira” (Wood,1991) utilizada pelo Censo. Marvin Harris (1963) criticou o uso das categorias censitárias, por considerar que elas

obscurecem justamente o que há de mais característico na relações raciais brasileiras: a grande quantidade de termos utilizada pela população e a ambigüidade que envolve a sua aplicação (apud Silva, 1994). Para Harris (1967) esse aspectos das relações raciais na América Latina, e no Brasil em particular, resulta na *ausência de agrupamentos raciais nitidamente definidos* (p.85). Para o autor é a interação entre cor e outros atributos que torna ambíguo o material estatístico brasileiro a respeito das raças. Assim, *um brasileiro nunca é simplesmente um 'homem branco' ou 'um homem prêto'; ele é rico, ou instruído e branco; ou rico e instruído homem de cor; ou pobre e ignorante homem de cor, ou pobre e ignorante branco* (p.96). Numa outra interpretação, como aquela freqüentemente observada nos movimentos negros, a grande variedade de termos que aparecem nos levantamentos acerca da condição racial da população indicaria ausência de identidade racial (Teixeira, 2000).

Maggie (1991), chama atenção para a discussão em torno dos sistemas de classificação racial brasileiros mostrando que na sua base estaria a naturalização da *cor*, ao passo que os *signos inscritos na pele* são tão somente *metáforas* para falar de diferenças sociais (pp.9-11). É também nesse sentido que Da Matta (1997) assinala que *...não há sistema de valor, moralidade, mitologia que seja 'natural' ou mais próximo de uma natureza humana, pois todos são arbitrários ...* . Para Araújo (1987) a multiplicidade de termos que falam da cor na sociedade brasileira, estaria apontando para a

importância e complexidade da questão da classificação social a partir da condição racial. Nesse sentido, *o debate em torno da 'classificação legítima' estará sempre aberto* (p.15)

Sensível a esse debate, em 1976 o IBGE buscou um modo de verificar em que medida as categorias do Censo se distanciavam da terminologia usada no cotidiano. Introduziu no seu levantamento uma questão aberta, que permitia ao informante definir sua condição racial usando os termos do cotidiano. O resultado do levantamento deu conta de mais de uma centena de termos apresentados espontaneamente pelos informantes, mas mostrou que 57% deles poderiam ser enquadrados nas categorias censitárias. As demais respostas se distribuíram entre as categorias “*morena*” “*morena clara*” e “*clara*”. Isso evidenciou que mesmo que as categorias censitárias limitem a riqueza de termos raciais usados pela população e eliminem seu caráter ambíguo, elas estariam conseguindo expressar o modo como a maior parte dos brasileiros se percebe racialmente.

Esse trabalho pretende contribuir para a discussão sobre modos de classificação racial no Brasil e tem como campo empírico a Universidade Federal da Bahia - UFBA. A análise buscou identificar aproximações e divergências entre classificações e perceber como certas variáveis podem afetar o modo como as pessoas se classificam e são classificadas, na realidade brasileira.

Classificação racial na UFBA

Parte dos dados analisados resultaram da aplicação de um questionário entre os estudantes que ingressaram na UFBA no primeiro semestre de 1997. O instrumento trazia duas perguntas sobre a cor do estudante. A primeira delas, aberta, permitia ao respondente utilizar o termo que desejasse para identificar sua cor ou raça. A segunda utilizou a auto-classificação induzida, a partir das categorias de uso do IBGE: *branca, parda, preta, amarela e indígena*.

A outra parte dos dados vieram dos arquivos da UFBA. Ante a inexistência de informação sobre a cor ou raça do estudante, utilizei o procedimento de atribuição de cor, a partir da fotografia da ficha cadastral do estudante, adotando um esquema classificatório cujas categorias eram *branco, moreno mulato e preto*.

Analisarei nessa seção as informações levantadas nos dois momentos da pesquisa, buscando comparar a percepção dos estudantes com aquela do pesquisador.

A classificação de cor ou raça dos estudantes da UFBA evidenciou um dos aspectos que mais intrigam aos estudiosos e interessados no debate sobre as relações raciais no Brasil: a singularidade do modo como se definem racialmente os brasileiros. Os estudantes utilizaram um elenco de vinte e três categorias de cor para se auto-classificarem. No entanto, o que se pode observar é que, apesar da variedade de termos surgidos, 92,9% das declarações de cor concentraram-se em

apenas seis destas categorias. São elas: *branco, pardo, moreno, negro, moreno claro e preto* (tabela 1).

A tabela 2 mostra que metade do contingente se reclassificou como branco. Uma proporção correspondente a 33,9% se reclassificou como pardo e 7,9% como preto. Isto significa que se agregarmos, numa única categoria, os que se classificaram como pardos e como pretos, vamos encontrara uma proporção (41,8%) bastante próxima à dos brancos. Assim, a distância entre os brancos e os negros (pardos e pretos) seria de cerca de oito pontos percentuais, distância não tão relevante, não fossem as proporções em que estes contingentes estão representados no conjunto da população do Estado da Bahia. Na UFBA, os brancos contam, portanto, com expressiva vantagem; eles estão representados aí numa proporção maior que o dobro da seu peso no conjunto da população do Estado (50,0% e 20,1%). Embora os pretos estejam sub-representados nesse contingente, sua participação é relativamente próxima à que eles têm no conjunto da população baiana (10,1% e 7,9%). Chama atenção, contudo, a situação dos pardos; esses encontram-se na UFBA numa proporção correspondente a menos da metade do seu peso no conjunto da população do Estado. Proporcionalmente, eles são o segmento racial mais excluído das oportunidades de acesso ao ensino superior. Têm, portanto, uma situação muito mais próxima ao que seria esperado em relação aos pretos e inversa à dos brancos.

O cruzamento das categorias apresentadas na auto-classificação espontânea com aquelas da auto-classificação induzida, indica uma elevada concentração de respostas incidindo nas categorias usadas pelo IBGE nas suas pesquisas. A comparação com os resultados da Pnad/76¹, mostra que encontramos uma concentração mais elevada de respostas incidindo nas categorias censitárias. Somando-se os percentuais dos estudantes que se reclassificaram nestas categorias temos 70,7% dos casos. Esses resultados, embora confirmando aquilo que tem sido considerado por alguns autores como o padrão de definição racial da população brasileira, isto é, o uso de uma gama de termos raciais em lugar de dicotomias ou tricotomias encontradas em outras realidades, contraria hipóteses de autores como Harris et. al. (1993), Fry (1996) de que o esquema de classificação com um número reduzido de categorias, como aquele utilizado pelo IBGE, por exemplo, não se aplicaria à realidade das relações raciais brasileiras.

A comparação entre as duas formas de auto-classificação mostrou ainda que, daqueles que se classificaram nestas categorias, o segmento que apresenta a maior coerência entre as duas formas de classificação, são, surpreendentemente, os que espontaneamente se declararam pardos. Em 97,5% dos casos eles se redefiniram como pardos. Se pensarmos que um elevado grau de coerência indicaria também

¹ As análises da Pnad/76 dão conta de que 95% das respostas dos entrevistados concentraram-se em sete designações, sendo que quatro delas eram comuns às usadas no quesito fechado: branca, preta, parda e amarela (Silva,1988)

consistência na consciência da identidade racial, esse resultado em relação aos pardos é instigador, considerando a visão de que essa seria uma categoria extremamente ambígua (Harris et. al.;1995) e de uso burocrático. Por outro lado, com exceção daqueles que se declararam *caboclo*, *escuro*, *moreno escuro* e *indígena*, na categoria pardo se reclassificaram, na questão fechada, em diferentes proporções, pessoas de todo o elenco de categorias apresentado espontaneamente.

Também aqueles que se declararam brancos mostraram um elevado nível de consistência na classificação. Os que se definiram inicialmente como brancos, posteriormente se classificaram como brancos numa proporção de 92,6%. O nível menos elevado de consistência está entre os pretos. Os que assim se declararam, se reclassificaram como pretos em 89,2% dos casos. Os demais se reclassificaram como pardos. Das três categorias analisadas, preto é a que apresenta o mais elevado nível de inconsistência, apesar de ser também a categoria que, no segundo momento da classificação, menos se dispersou por outras categorias da questão fechada. Assim, a inconsistência se dá com uma categoria próxima, isto é, os pretos se reclassificando como pardos. Permanecendo, portanto, no pólo *escuro*.

Embora não existindo a opção *moreno* no esquema da auto-classificação induzida, a situação dos que assim se classificaram espontaneamente merece um exame mais destacado, tanto pela aceitação que o termo parece

desfrutar no Brasil, como pelo amplo debate que envolve o seu uso. Harris *et. al.* (1995) e Silva (1996) procuram compreender o significado da difundida utilização dessa categoria no Brasil. Silva (1996) observa que moreno é um termo de amplo uso entre os brasileiros, lembrando que até *mesmo indivíduos fenotipicamente brancos preferem se auto-denominar morenos* (p.80). No entanto, somente 13% da população por nós examinada se identificou espontaneamente como morena, numa proporção menor, portanto, do que os que se definiram como pardos. Na ausência da categoria moreno no esquema de auto-classificação fechada, aqueles que se haviam classificado inicialmente como *morenos*, em 62,1% dos casos se reclassificaram como pardos. Assim, os que haviam se auto-classificado inicialmente como morenos ou morenos claros, foram os que, em maiores proporções, se espalharam por todo o espectro de categorias da questão fechada. Essa dispersão dos morenos reforça a observação de Silva (1996) de que *o termo moreno parece ser aplicável no Brasil a qualquer tipo físico, com exceção das pessoas louras e ruivas* (idem). Mais de dois terços daqueles que assim se identificaram, tenderam a se escurecer, reclassificando-se como pardos ou pretos, mesmo quando havia a possibilidade de uso de outras categorias. Esse resultado reforça a idéia de que o termo moreno é também uma forma de evitar o pólo mais escuro na escala de mestiçagem (tabela 3).

Essas evidências levam a pensar que se por um lado não é possível negar a influência da idéia de

branqueamento na população brasileira, de uma atração exercida pelo pólo mais claro do gradiente de cor, na medida em que os indivíduos mestiços utilizam uma gama de termos para se definir racialmente, como querendo guardar alguma distância do pólo radicalmente escuro do escala de cor, por outro, o elevado nível de consistência na classificação dos pardos, a reclassificação dos morenos como pardos em maior proporção do que como brancos, a reclassificação dos pretos permanecendo no pólo escuro da escala de cor, podem estar indicando o reconhecimento da ascendência africana, isto é, a assunção de uma identidade *não branca*. Teixeira (2000) chega a conclusão análoga na sua investigação ao observar que... *o que se viu foi a afirmação generalizada de uma identidade negra – ainda que não exatamente nos moldes em que é constituída pelos movimentos negros...* (p.57)

A comparação entre a auto-classificação espontânea e a classificação atribuída pelo pesquisador mostrou que cerca de dois terços (65,1%) daqueles espontaneamente auto-classificados o fizeram nas mesmas categorias presentes no esquema atribuído, isto é, *branco, moreno, mulato* e *preto*, o que indica que há uma grande proximidade entre os modos de classificação racial praticados no Brasil. Daqueles classificados pelo pesquisador como brancos, uma proporção elevada (80,1%) haviam se definido espontaneamente como *brancos*. Dos classificados pelo pesquisador como morenos, mais da metade haviam se definido como

brancos. O que mostra que, em proporções bastante elevadas, os que foram classificados no pólo *claro* pelo pesquisador também se haviam definido predominantemente nesse pólo. Dos que foram classificados como mulatos no esquema atribuído, 40,1% se haviam definido espontaneamente nas categorias do pólo *escuro* como pardos, negros ou mulatos. Dos classificados pelo pesquisador como pretos, 77,6% se haviam definido nas categorias do pólo *escuro* em diferentes proporções (tabela 4).

No esquema de classificação atribuída estão presentes apenas duas categorias do esquema censitário adotado na auto-classificação induzida, *branco* e *preto*. A comparação entre esses dois modos de classificação mostrou que daqueles que se auto-classificaram como brancos, numa proporção de 86,3%, foram classificados no esquema atribuído, no pólo *claro* da escala e somente 13,7% no pólo *escuro*. A classificação como morenos, pelo pesquisador, de muitos daqueles que se haviam classificado espontaneamente como brancos, reflete a concepção de que no Brasil entre morenos e brancos não haveria diferença de *status*; essas pessoas se considerariam *socialmente brancas* (Telles, 1995). Mais de dois terços dos auto-classificados como pretos foram também classificados como pretos no esquema atribuído; 14,4% foram classificados como mulatos, 13,8% como morenos e 4,2% como brancos. A classificação dos pretos mostra, neste caso, um nível mais elevado de consistência que a classificação dos brancos. No entanto, enquanto apenas 1,1% dos que se

definiram como brancos foi classificado no esquema atribuído como pretos, a inconsistência com relação aos pretos mostra-se bastante mais elevada, com 4,2% dos que se classificaram deste modo sendo classificados pelo pesquisador como brancos. Telles e Lim (1999), chegam a resultado semelhante em estudo que compara a auto-classificação com a classificação atribuída pelo entrevistador. Eles encontraram uma proporção de 2,2% de pessoas auto-classificadas como pretas sendo classificadas como brancas, o que lhes pareceu *surpreendente*. Eles observam que as inconsistências não se dão apenas entre categorias próximas mas que elas podem se dar entre as categorias preto e branco, pulando as categorias intermediárias. No nosso estudo a inconsistência é quase o dobro da encontrada pelos autores. Contudo, eles alertam para o fato de que essa inconsistência *não indica necessariamente um erro nas respostas mas antes revela que a classificação racial está sujeita a diferenças de percepção social* (p.24). Os auto-definidos pardos, também sofreram uma considerável dispersão pelas categorias do esquema atribuído, a exemplo do que ocorreu quando comparamos as duas formas de auto-classificação. Morena (44,1%) e mulata (30,0%) foram as categorias do esquema atribuído que mais absorveram os auto-declarados pardos, o que indica uma aproximação entre percepções da cor (tabela 5).

A comparação entre os três modos de classificação mostrou, assim, que há uma relativa aproximação entre o modo como as pessoas se percebem racialmente e o

modo como são percebidas e que as categorias dos esquemas fechados, seja do esquema censitário seja do esquema atribuído, ao contrário do que afirmam alguns analistas, cobrem um espectro considerável das categorias utilizadas pelas pessoas no seu cotidiano. Assim, se poderia falar de um relativo consenso em torno do sistema de classificação praticado no Brasil. Estas constatações confirmam conclusões do estudo realizado por Teixeira (2000), sobre a construção de identidade racial entre estudantes e professores do ensino superior. Seu estudo evidenciou elevada convergência entre os termos ou categorias utilizadas pelo pesquisador e pelo entrevistado, levando a autora a concluir que *a fluidez e aparente ambigüidade desse sistema [de classificação racial] na verdade, opera dentro de um código não tão permissivo quanto parece a princípio ao observador mais descuidado* (p. 58).

Status e cor

Como já foi apontado, os estudos evidenciam que as relações raciais no Brasil estão marcadas por um arranjo em que a raça está intimamente associada a *status e classe*. Nesse arranjo, a cor é contaminada por outros discriminadores tais como renda, origem familiar, educação, que vão compor *gradações de prestígio*, empurrando o indivíduo para um ou outro pólo da dicotomia “branco/preto” (Guimarães 1995a). Também Telles e Lim (1999) chamam atenção para a contaminação da raça por outros discriminadores ao

evidenciar que a escolaridade teria um efeito significativo sobre o modo como os indivíduos se classificam. Assim, as pessoas com um menor nível de escolaridade tenderiam a uma classificação inconsistente, enquanto que pessoas com um maior nível educacional teriam uma percepção mais consistente da própria identidade racial, havendo por isso maior probabilidade de coerência entre auto-classificação e classificação atribuída quando se trata de pessoas com escolaridade mais elevada.

No intuito de verificar a articulação entre a cor e outros discriminadores, selecionamos algumas variáveis deste estudo - *frequência à escola privada, frequência a curso colegial, ter feito vestibular apenas uma vez, não trabalhar, estar em carreira de alto prestígio, média de renda da família, ter alto status sócio-econômico, pai com escolaridade superior* - para examinar como elas podem afetar o modo pelo qual as pessoas se classificam ou são classificadas por outros. Tomamos os resultados da auto-classificação induzida e os da classificação atribuída e, para efeito de comparação, agregamos as categorias de cada um desses modos de classificação em dois pólos: *claro* e *escuro*, conforme a tabela 6.

Os dados mostram que há uma gradação na situação sócio-econômica dos estudantes que corresponde à sua gradação de cor e que coloca aqueles consistentemente classificados como *claros* na situação de maior privilégio e os classificados consistentemente como *escuros* na situação de menor privilégio. Assim 83,6%

foram consistentemente classificados como *claros*. Esses são os que formam um contingente que em maiores proporções vêm de famílias com alto *status* sócio-econômico, cujo pai têm instrução superior, e apresentam maior média de renda familiar. É também o contingente que em proporções mais elevadas está em carreiras de alto prestígio, não trabalha, prestou vestibular uma única vez, veio de uma escola de segundo grau de caráter privado e frequentou, no segundo grau, um curso de caráter propedêutico. É possível pensar que esses estudantes se vêem como *claros* não apenas fenotipicamente, mas que seu *status* social os faça também sentirem-se socialmente *claros*. Aqueles 16,4% que se definiram no pólo *claro* e que foram classificados pelo pesquisador no pólo *escuro*, portanto têm classificação inconsistente, apresentam uma situação menos favorável que os *claros* classificados consistentemente, mas ainda assim, uma situação distante daqueles consistentemente situados no pólo *escuros*. Essa distância da situação dos *claros* consistentes, pode sugerir que por ter um *status* social próximo ao dos *claros*, eles se vêem como tal, mesmo que o seu fenótipo seja visto por outros como *escuro*. Os 47,6% que se definiram como *escuros* e que foram classificados como *claros* pelo pesquisador, apresentam uma situação ainda menos favorável do que os auto-definidos *claros* classificados como *escuros*. Aqui se poderia pensar a classificação inconsistente no sentido contrário à do segmento anterior. Porque o *status* social deste segmento está mais próximo dos *escuros*, eles

tenderiam a ver-se como *escuros* mesmo que o seu fenótipo seja *claro* ao olhar do observador. Finalmente, os que se encontram em situação mais precária são os consistentemente classificados como *escuros*; estes se veriam como escuros não apenas pelo seu fenótipo, mas também pelo seu *status* social e estariam também sendo vistos como *escuros* pelo observador (tabela 7).

Esses resultados confirmam portanto a idéia de que no Brasil existe um sistema de hierarquização social em que a cor se associa ao *status* social para definir o lugar das pessoas. Nesse sistema, a cor mais clara está relacionada ao status mais elevado e a cor mais escura ao mais baixo status, isto é, que o dinheiro, assim como a educação, embranquecem.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tereza Cristina N. A classificação de “cor” do IBGE: notas para uma discussão. “Raça negra e educação”, *Cadernos de Pesquisa*; Fundação Carlos Chagas, n° 63, 1987, 14-16.

Da MATTA, Roberto. “Notas sobre o racismo à brasileira”. In. Souza et. al. (orgs.) *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília, Ed. Paralelo 15, 1997, 69-74

FRY, Peter. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. *Revista da USP*. São Paulo (28), Dez./Fev., 1995/96, 122-135

GUIMARÃES, A. Sérgio A. “Raça”, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, (27), 1995, 45-63

HARRIS, Marvin, Consorte, Josideth G. e Lang, Joseph. "Who are the white?: imposed census categories and the racial demography of Brasil". *Social Force*, December 1993, 72 (2): 451-462

_____. *Padrões Raciais nas Américas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967

MAGGIE, Yvonne. *A ilusão do Concreto: uma introdução à discussão do sistema de classificação racial no Brasil*. XVº Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

SILVA, Nelson do Valle. "Morenidade": modo de usar. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 30, 1996, 79-95

_____. "Cor e processo de realização sócio-econômica". In. HASENBALG C. e Silva, N. do Valle (orgs.) *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, IUPERJ/ VÉRTICE, 1988, 144-163.

SKIDMORE, T. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, Moema De Poli. "Identidade racial e universidade pública no Rio de Janeiro". In: QUEIROZ, D. M. et. al. *Educação, racismo e anti-racismo*. Programa A Cor da Bahia/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Novos Toques, n. 4, 2000, 45-68.

TELLES, Edward E. "Who are the morenas?". *Social Force*, June, 1995, 73 (4): 1609-1611

_____. e Lim, Nelson. "Interessa quem responde à questão sobre a cor? Classificação racial e desigualdade de raça no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, (36): 7-27, dez., 1999

WOOD, Charles. "Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil". *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Lovell. P. (org.) CEDEPLAR/ FACE/UFMG, 1991, 93-109.

Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos estudantes segundo a auto-classificação espontânea

Cor	%
Branco	50,1
Moreno	13,0
Claro	0,3
Moreno claro	2,2
Pardo	19,7
Negro	6,8
Amarelo	0,9
Mulato claro	0,1
Mulato	0,9
Preto	1,1
Caboclo	0,0
Misto	0,1
Escuro	0,0
Pardo claro	0,4
Castanho	0,0
Mestiço	0,2

Marrom	0,2
Mulato escuro	0,1
Moreno médio	0,0
Moreno escuro	0,1
Branco brasileiro	0,0
Mulato médio	0,1
Indígena	0,0
S/d	3,6
Total	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa Direta

Tabela 2 – Distribuição dos estudantes por cor, segundo auto- classificação induzida

Cor	%
Branca	50,0
Parda	33,9
Preta	7,9
Amarela	2,8
Indígena	3,3
Sem declaração	2,1
Total	100,0

Fonte: UFBA/ Pesquisa Direta

Tabela 3 – Distribuição dos estudantes segundo a auto-classificação espontânea x auto-classificação induzida

Cor	%	Bran	Parda	Preta	Ama r.	Indíg.	Total
Branco	50,1	92,6	4,2	0,5	2,4	0,3	100,0
Moreno	13,0	13,7	62,1	6,9	2,4	14,9	100,0
Claro	0,3	33,3	33,3	-	33,3	-	100,0
More. claro	2,2	40,3	48,6	1,4	5,6	4,2	100,0
Pardo	19,7	0,5	97,5	0,3	0,3	1,4	100,0
Negro	6,8	0,5	16,4	77,6	0,5	5,1	100,0
Amarelo	0,9	-	3,4	-	96,6	-	100,0
Mulato claro	0,1	-	66,7	-	-	33,3	100,0
Mulato	0,9	3,3	50,0	30,0	6,7	10,0	100,0
Preto	1,1	-	10,8	89,2	-	-	100,0

Caboclo	0,0	-	-	-	-	100,0	100,0
Misto	0,1	-	50,0	-	-	50,0	100,0
Escuro	0,0	-	-	100,0	-	-	100,0
Pardo claro	0,4	-	100,0	-	-	-	100,0
Castanho	0,0	-	100,0	-	-	-	100,0
Mestiço	0,2	14,3	71,4	14,3	-	-	100,0
Marrom	0,2	-	20,0	-	-	80,0	100,0
Mulato	0,1	-	100,0	-	-	-	100,0
escuro							
Moreno	0,0	-	100,0	-	-	-	100,0
médio							
Moreno	0,1	50,0	-	50,0	-	-	100,0
escuro							
Branco	0,0	-	100,0	-	-	-	100,0
brasileiro							
Mulato	0,1	-	100,0	-	-	-	100,0
médio							
Indígena	0,0	-	-	-	-	100,0	100,0
S/d	3,6	31,3	39,4	8,1	8,1	13,1	100,0
Total	100,0	51,1	34,6	8,0	2,9	3,4	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa Direta

Tabela 4 – Distribuição dos estudantes segundo a auto-classificação espontânea x auto-classificação atribuída

Auto-classificação espontânea	Auto-classificação atribuída			
	Branca	Morena	Mulata	Preta
Branco	80,0	54,4	31,6	4,6
Moreno	5,1	15,5	17,9	11,9
Claro	0,1	0,4	0,3	-
Moreno claro	1,2	3,0	2,1	2,2
Pardo	8,2	19,4	31,2	25,7
Negro	0,6	1,6	5,0	41,2
Amarelo	1,4	0,5	1,5	-
Mulato claro	0,1	-	0,2	0,3
Mulato	0,1	0,5	1,8	2,2
Preto	-	0,5	0,7	6,8
Caboclo	-	-	-	0,3
Misto	-	-	0,2	-
Escuro	-	-	-	0,3
Pardo claro	0,4	0,5	0,5	-
Castanho	-	-	0,2	-
Mestiço	-	0,2	0,8	0,3
Marrom	-	-	0,7	0,3
Mulato escuro	-	0,1	-	-
Moreno médio	-	0,1	-	-
Branco brasileiro	0,1	-	-	-
Mulato médio	-	-	-	0,5
Indígena	-	-	0,2	-
S/d	2,4	3,3	5,3	3,5

Total	100,0	100,0	100,0	100,0
-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: UFBA/Pesquisa Direta

Tabela 5 – Distribuição dos estudantes segundo a auto-classificação e a classificação atribuída

Auto-classificação Induzida	Classificação Atribuída		
	Claros	Escuros	Total
Branca	86,3	13,7	100,0
Parda	54,5	45,5	100,0
Preta	17,9	82,1	100,0
Outras	60,0	39,4	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa Direta

Tabela 6 – Distribuição dos estudantes segundo a Auto-classificação *versus* classificação atribuída

Auto-classificação	Classificação atribuída		
	Claros	Escuros	Total
Claros	83,6	16,4	100,0
Escuros	47,6	52,4	100,0

Fonte: UFBA/Pesquisa Direta

Tabela 7 – Variáveis observadas a partir do cruzamento entre auto-classificação e classificação atribuída

Variáveis	Cla x cla	Cla x esc	Esc x cla	Esc x esc
Esc. de 2º g. priv.	77,7	65,1	62,5	46,9
Curso colegial	80,8	70,8	69,0	53,1
Vest. 1 vez	34,0	31,8	27,9	27,8

Ñ. trabalha	76,5	75,1	68,5	60,0
Carr. de <i>alto</i> prest.	45,2	34,3	27,4	22,7
Renda média fam.	8,10	7,50	7,48	6,60
<i>Status</i> sócio. <i>alto</i>	38,2	27,2	25,7	16,5
Pai inst. superior	47,4	33,0	29,2	20,7

Fonte: UFBA/Pesquisa Direta